

### Quem tem direito a estes apoios?

- Cidadãos portugueses e da União Europeia;
- Estrangeiros e apátridas com título de residência válido num Estado membro da União Europeia;
- Estrangeiros sem título de residência válido num Estado membro da União Europeia – se as leis dos seus países de origem derem o mesmo direito aos portugueses;
- Pessoas que tenham domicílio ou residência habitual num Estado membro da União Europeia diferente do Estado membro onde vai decorrer o processo (litígios transfronteiriços);
- Pessoas colectivas sem fins lucrativos – têm apenas direito ao apoio judicial.

#### Atenção!

- Todas as pessoas que pretendam beneficiar destes apoios têm que demonstrar não ter capacidade económica para suportar as despesas associadas com a acção judicial ou com a contratação de um advogado.

### O que devo fazer para receber estes apoios?

Preencher formulário próprio:

- MOD PJ 1/2007 – DGSS - Requerimento de protecção jurídica para pessoa singular;
- MOD PJ 2/2007 – DGSS - Requerimento de protecção jurídica para pessoas colectivas sem fins lucrativos.

Estes formulários podem ser “descarregados” (Downloads) da Internet em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt) > Formulários > Apoio judicial - Protecção jurídica ou pedidos gratuitamente junto dos serviços da segurança social.

O formulário deve ser devidamente preenchido de acordo com as instruções que se encontram anexas e entregue em conjunto com as cópias dos documentos abaixo indicados, relativos à pessoa que faz o pedido e às pessoas que com ele co-habitem em economia comum:

- Bilhete de identidade/passaporte/autorização de residência ou documento equivalente;
- Última declaração de IRS e respectiva nota de liquidação ou, na falta de declaração, certidão passada pelas Finanças.

#### No caso de ser trabalhador por conta de outrem:

Recibos de vencimento passados pela entidade patronal nos últimos seis meses.

#### Se for trabalhador por conta própria:

Declarações de IVA referentes aos dois últimos trimestres e documento comprovativos do respectivo pagamento.

Recibos passados nos últimos seis meses.

#### Se receberem apoios de outro sistema de segurança social:

Documento comprovativo do valor actualizado de qualquer subsídio ou pensão que esteja a receber de um sistema que não seja o sistema de segurança social português.

#### Se tiverem bens imóveis:

Caderneta predial actualizada ou certidão de teor matricial passada pelas Finanças e cópia do documento comprovativo da aquisição do imóvel.

#### Se tiverem acções ou participações em empresas:

Documento comprovativo do valor da cotação verificada no dia anterior ao da apresentação do pedido ou cópia do documento comprovativo da aquisição.

#### Se tiverem automóveis:

Livrete e registo de propriedade.

#### Se forem membros dos órgãos de administração ou sócios duma empresa:

Se pertencerem aos órgãos de administração duma pessoa colectiva ou forem sócios com 10% ou mais do capital social de uma sociedade, devem apresentar  **fotocópias**  dos seguintes documentos relativos à pessoa colectiva:

- Última declaração de IRC ou IRS apresentada, consoante os casos, e respectiva nota de liquidação ou, na falta da declaração, certidão passada pelas Finanças;
- Declarações de IVA referentes aos últimos 12 meses e documentos comprovativos do respectivo pagamento;
- Documentos de prestação de contas dos três últimos exercícios findos ou dos exercícios findos desde a constituição, no caso de esta ter ocorrido há menos de três anos;
- Balancete do último trimestre, no caso de se tratar de uma sociedade.
- Documento de identificação válido da pessoa que assinou o pedido, se este tiver sido assinado por outra pessoa.

### Onde entregar o requerimento?

Em qualquer serviço de atendimento ao público da Segurança Social.

Enviando por fax, correio ou e-mail para os Serviços da Segurança Social da área de residência ou da sede social da pessoa colectiva sem fins lucrativos.

### Quando é que me dão uma resposta?

Em princípio e para uma situação normal deverá receber uma resposta no prazo de 30 dias.

### E se faltar algum documento?

Os serviços da Segurança Social escrevem-lhe, pedindo-lhe para apresentar os documentos em falta no prazo de 10 dias, e avisam-no que, caso não os entregue/envie dentro desse prazo, o seu pedido poderá ser recusado.

A contagem dos 30 dias fica suspensa até apresentar os documentos, reiniciando-se após a sua entrega.

### Quais as minhas obrigações após a concessão do pedido?

Comunicar pontualmente qualquer alteração da situação económica.

### Quais as razões que podem determinar o fim destes apoios?

- Se a situação económica (do próprio ou do seu agregado familiar) se alterar e puder dispensar a protecção jurídica;
- Se surgirem provas de que a protecção jurídica lhe foi concedida por razões inválidas;
- Se os documentos que serviram de base à concessão forem declarados falsos por decisão do Tribunal, da qual já não pode haver recurso;
- Se, em recurso, for confirmada a sua condenação como litigante de má fé (ou seja, se tiver, por exemplo, mentido, atrasado propositadamente o processo, tentado obstruir a justiça);
- Se, em acção judicial para receber pensão de alimentos provisória, lhe for atribuída uma quantia para pagar essa acção judicial;
- Se lhe tiver sido concedido apoio judiciário na modalidade de pagamento faseado e não tiver pago uma prestação e, em seguida, não tiver pago essa prestação em falta nem a respectiva multa dentro do prazo que lhe foi dado para o fazer;
- Pelo falecimento da pessoa singular, salvo se os sucessores fizerem prova da sua legitimidade;
- Pela extinção ou dissolução da pessoa colectiva sem fins lucrativos;
- Se tiver passado um ano desde que foi concedida a protecção jurídica e não tiver ido a qualquer consulta jurídica ou dado início à acção em tribunal, por razão que seja da sua responsabilidade.